

Líderes discutem acordo

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Os líderes do governo no Senado Federal procuram uma forma que viabilize a aprovação do acordo "guarda-chuva" firmado com os credores oficiais do Clube de Paris sem que haja necessidade de os acordos bilaterais decorrentes, que forem firmados com cada governo credor, serem apreciados pelo plenário do Senado.

Ontem, na reunião-almoo que os líderes dos vários partidos no Senado tiveram com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, o senador Raimundo Lira (PFL-PB) sugeriu que o Senado aprove, junto com o acordo geral acertado com o Fórum do Clube de Paris, um dispositivo definindo um limite para as taxas de juro dos acordos bilaterais: "Já indicaríamos um limite, como por exemplo, a taxa de captação dos tesouros dos governos credores, mais um determinado "spread" (taxa de risco), pa-

ra evitar a análise de cada contrato", explicou ele.

TROCA DE INFORMAÇÕES

A sugestão certamente agrada o governo que teria agilizado o processo de assinatura dos acordos bilaterais com cada país credor, mas nem todos os líderes apóiam de pronto a idéia. "Isto não foi ainda decidido e o assunto terá de ser levado à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para se saber qual será o procedimento", atestou para este jornal o líder do PT, senador Eduardo Suplicy. No encontro, o líder do PMDB, senador Humberto Lucena, lembrou que a reunião tinha por objetivo a troca de informações e não a tomada de decisões. O senador Ranan Tito (PMDB-MG) chegou a levantar dúvidas sobre a conveniência daquele procedimento. Já o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) tem defendido que cada acordo bilateral seja submetido à apreciação do plenário do Senado.